

## **GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA SOB UMA ANÁLISE MULTIFACETADA: UM CASO ESTADUAL EM PERNAMBUCO**

**ELIAS RICARDO DE OLIVEIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

**FERNANDO GOMES DE PAIVA JÚNIOR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Agradecimento à orgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

# GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA SOB UMA ANÁLISE MULTIFACETADA: UM CASO ESTADUAL EM PERNAMBUCO

## INTRODUÇÃO

A segurança pública constitui um desafio complexo e multidimensional que permeia a realidade brasileira, uma vez que, não obstante os esforços empreendidos por agentes de proteção social, os índices de violência e criminalidade no País permanecem alarmantes. Segundo dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, foram registrados 47.452 homicídios dolosos no Brasil em 2022, representando uma taxa de 23,4 mortes por 100 mil habitantes (FBSP, 2023). Nesse cenário, o estado de Pernambuco tem enfrentado uma situação particularmente crítica. Segundo o anuário, Pernambuco registrou 3.423 homicídios em 2022, o que corresponde a uma taxa de 37,8 mortes por 100 mil habitantes, revelando um índice superior à média nacional.

Representantes do governo de Pernambuco têm buscado implementar políticas públicas dirigidas para enfrentar os desafios da segurança pública, pois, entre 2007 e 2022, o estado desenvolveu e implementou o Plano Estadual de Segurança Pública, conhecido como "Pacto pela Vida", que assumiu uma abordagem participativa e intersetorial junto à população desse estado (RATTON; DAUDELIN, 2018). Atualmente, a partir de 2023, Pernambuco dispõe do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, intitulado "Juntos pela Segurança", que conforme apresentado (GOVPE, 2023), também incorpora aspectos e características fundamentais com respeito à governança da segurança pública desse estado.

O estudo objetiva descrever o modo como a governança da segurança pública é operacionalizada em Pernambuco a partir de três perspectivas distintas: a visão do estado, da mídia e do meio acadêmico. Ambos os planos de segurança pública implementados no estado suscitam como objetivo principal a redução da violência e da criminalidade, portanto, aqui se visa compreender a maneira como essa temática vem sendo percebida e representada por esses diferentes atores. Ao serem examinadas as três abordagens descritas anteriormente, emerge uma visão abrangente e complexa da governança da segurança pública, a qual permite a identificação de pontos de convergência e divergência entre os agentes envolvidos nesse processo.

Ao adotar uma abordagem multifacetada de triangulação das diferentes perspectivas sob a demarcação governamental, midiática e acadêmica, o estudo revela novas perspectivas e proporciona uma compreensão mais abrangente do tema. Além disso, amplia-se aqui o entendimento a respeito dos desafios e complexidades da governança da segurança pública, considerando não apenas as ações, como também a forma como são comunicadas e percebidas pelos diferentes atores.

Nos procedimentos metodológicos, utilizamos a técnica da análise de conteúdo em documentos oficiais, artigos científicos indexados e revisados por pares e matérias jornalísticas de portais de notícias e blogs. Nesse sentido, a triangulação de múltiplas fontes de dados e perspectivas nos permite a validação cruzada das informações, reduzindo os vieses inerentes a cada uma das abordagens individuais (FLICK, 2018). Logo, essa estratégia possibilita a identificação de convergências e divergências entre os diferentes atores envolvidos, revelando uma compreensão complexa e de nuance da realidade.

## Governança da Segurança Pública

A governança representa com visão ampla não apenas ao contemplar as várias modalidades de organizações governamentais que trabalham em conjunto, mas também organizações sem fins

lucrativos e empresas privadas atuam com elas na solução de problemas e na prestação de serviços públicos (BINGHAM, 2011; ELLIOTT, 2002). Dessa forma, o paradigma da administração pública tradicional, cuja preocupação principal consiste no funcionamento interno dos órgãos públicos, como recursos humanos, orçamento e cumprimento de tarefas, não nos ajuda mais a entender esse novo mundo das ações públicas. Adicionalmente, a fim de adquirir uma compreensão do desenvolvimento territorial, é essencial ter um discernimento com relação às dinâmicas e interações que ocorrem entre os diversos agentes locais (MORAIS et al., 2022).

Para captar as novas realidades, os estudiosos de governança propõem uma nova perspectiva: o novo paradigma de governança pública. Nesse paradigma, a unidade de estudo presente na análise de políticas e na administração pública é deslocada da agência pública ou do programa público individual para as ferramentas ou instrumentos distintos por meio dos quais os propósitos públicos são perseguidos (ELLIOTT, 2002; ÖNDER; ZENGİN, 2022).

A governança da segurança se insere no ramo da governança segundo o qual são procuradas tentativas conscientes de moldar e influenciar a conduta de indivíduos, grupos e representantes da população atuando em prol da preservação da paz social (WOOD; DUPONT, 2006). Assim, essa modalidade de governança envolve mais do que o ato de governar por meio de políticas públicas de combate à violência e à criminalidade, uma vez que ela compreende a ideia de que o crime e a punição se tornam as ocasiões e os contextos institucionais nos quais nos comprometemos a orientar nossa conduta e atuação a dos outros (SIMON, 2020).

Os protagonistas do estilo de governança pública consideram os estudos teórico-empíricos existentes nas áreas da segurança pública e defesa social como algo em que a compreensão do termo segurança deve ser considerada como o olhar a respeito de um vocábulo guarda-chuva que permite abranger uma gama diversificada de práticas de governo, movimentações orçamentárias, ações políticas e legais e valores, além de hábitos sociais e culturais (MACKLEM; ROACH; DANIELS, 2001). Assim, a governança da segurança pública abrange mais do que a governança do crime, e as mentalidades, instituições e práticas de governo no combate ao crime (DUPONT; WOOD, 2007).

A análise da literatura sobre a governança da segurança pública revela uma série de características fundamentais que desempenham um papel crucial na eficácia e na eficiência dos sistemas de segurança. Ao elencarmos tais características, é possível destacar elementos que promovem uma governança sólida nesse campo tão complexo e essencial para o funcionamento da sociedade (TEIXEIRA; GOMES, 2019). Aspectos como transparência, participação cidadã, integração entre instituições, definição clara de responsabilidades e ações fundamentadas em evidências emergem como pilares fundamentais para garantir uma gestão eficaz e orientada para resultados na segurança pública (COSTA, 2023). Assim, quando integrados de maneira coerente e sustentada, esses elementos fornecem um arcabouço que não apenas acessa a confiança da população nas instituições encarregadas da segurança, como também contribui para a redução da criminalidade e a promoção de uma sociedade segura e justa (GRAHAM; PLUMPTRE; AMOS, 2003).

A articulação intersetorial constitui um aspecto da governança que ocorre no âmbito da segurança pública abarcando o envolvimento e a coordenação de diferentes atores governamentais e não governamentais (GRAHAM; PLUMPTRE; AMOS, 2003; KOOIMAN, 2002). Essa abordagem contempla os desafios complexos da segurança pública que não podem ser enfrentados de forma isolada por um único setor ou instituição, uma vez que exige a colaboração e a integração de agentes oriundos de múltiplos atores, recursos e competências.

A transparência e a prestação de contas são princípios fundamentais da boa governança na segurança pública, de modo a promover o acesso à informação e a responsabilização dos atores envolvidos em agrupamentos sociais que atuam perante a sociedade. Portanto, essas práticas são

essenciais para fortalecer a confiança da população nas instituições de segurança pública e garantir a eficácia e a legitimidade das ações implementadas (ANDRONICEANU, 2021; CENEVIVA, 2006).

A transparência envolve a disponibilização de informações claras e acessíveis com respeito a políticas, programas, ações e resultados alcançados na área de segurança pública. Já a prestação de contas implica na existência de mecanismos que permitam à sociedade acompanhar e avaliar o desempenho das instituições responsáveis e exigir a responsabilização pelos resultados obtidos (UNITED NATIONS, 2007).

As abordagens pautadas por evidências científicas são demarcadas para buscar fundamentos das políticas e ações de segurança pública em conhecimentos validados por meio de pesquisas empíricas e avaliações rigorosas. Elas visam garantir a eficácia e a eficiência das intervenções, além de promover a constante atualização e aprimoramento das práticas de segurança e proteção da população com base em novos conhecimentos gerados (SHERMAN, 2013).

A comunicação efetiva com a sociedade consiste num aspecto da governança na segurança pública e envolve estratégias de disseminação de informações e engajamento da população. Essa comunicação bidirecional se revela elemento essencial para promover a transparência, fortalecer a confiança nas instituições de segurança pública e fomentar a participação ativa da sociedade nos processos de formulação e implementação desse tipo de política pública (FERREIRA; DAMÁZIO; AGUIAR, 2011).

As estratégias de comunicação podem incluir a utilização de diferentes canais e plataformas, como mídias tradicionais, redes sociais, campanhas de conscientização e eventos comunitários. Portanto, tais estratégias devem ser adaptadas às características e necessidades das diferentes comunidades como formas de garantir a acessibilidade e a compreensão das informações compartilhadas (CRUZ, 2008). Além disso, a comunicação com a sociedade deve ser bidirecional, permitindo não apenas a disseminação de informações, mas também a escuta ativa das demandas, preocupações e sugestões dessa população. Assim, tal interação contínua viabiliza a construção de políticas de segurança pública mais efetivas e alinhadas com as necessidades locais.

Além disso, pesquisas indicam que o tipo de anúncio não influencia diretamente o desejo de compra ou consumo do produto, mas a crença dos seguidores a respeito da marca afeta a reação emocional aos anúncios (HAHN et al., 2016). Isso sugere que, no contexto das campanhas de segurança pública, a confiança da comunidade nas instituições que promovem as campanhas pode ser um fator determinante para a eficácia das mensagens transmitidas.

A governança na segurança pública exige a exploração e a integração das mentalidades, discursos e práticas socioculturais relacionadas a essa temática. Essa abordagem multidimensional reconhece que a segurança pública não é apenas uma questão de políticas e ações governamentais, mas também envolve aspectos culturais, sociais e simbólicos que influenciam as percepções e comportamentos da população (DUPONT; WOOD, 2007).

A compreensão das diferentes perspectivas, crenças e valores que permeiam a segurança pública em diferentes contextos e comunidades permite o desenvolvimento de políticas e ações sensíveis às realidades locais e mais alinhadas com as necessidades e expectativas da população (SIMON, 2020).

O desenvolvimento da capacidade de governança é fundamental para a efetivação das políticas de segurança pública, pois tal capacidade envolve a habilidade de coordenar, articular e gerenciar as redes sociais de atores envolvidos nas ações institucionais conjuntas que potencializam a efetividade da segurança pública, incluindo órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades locais (TRIANTAFILLOU, 2024). Assim, essa capacidade implica na existência de estruturas, processos e competências adequadas para promover a

cooperação, a integração e a sinergia entre os diferentes atores envolvidos. Isso inclui a criação de mecanismos de coordenação, a definição clara de papéis e responsabilidades, o estabelecimento de canais de comunicação eficientes e a promoção de uma cultura de colaboração e confiança mútua (COSTA, 2023).

A ênfase na prevenção do crime, desordem e promoção da segurança da comunidade é um aspecto fundamental da governança na segurança pública, pois contribui para a redução da incidência criminal (ROGERS & FREVEL, 2018; SANDERS & LANGAN, 2019). Por intermédio dessa abordagem, é possível reconhecer que a repressão isolada ao crime não aborda as causas e não é suficiente para enfrentar os desafios da violência e da criminalidade, sendo necessário investir em ações preventivas e na construção de comunidades mais seguras e resilientes (ROGERS, 2018).

A prevenção do crime envolve a identificação e o enfrentamento dos fatores de risco associados à violência e à criminalidade, como pobreza, desigualdade social, falta de oportunidades educacionais e profissionais, entre outros. Essas ações preventivas podem incluir programas de desenvolvimento comunitário, educação, capacitação profissional, atividades culturais e esportivas, entre outras iniciativas (SANDERS; LANGAN, 2019).

A adoção de novas tecnologias de informação e comunicação é um aspecto da governança na segurança pública que visa aprimorar o desempenho das ações de segurança e promover a efetividade das políticas de segurança pública. A modernização tecnológica pode envolver a implementação de sistemas de monitoramento e vigilância, bancos de dados integrados, ferramentas de análise de dados e inteligência artificial, entre outras soluções inovadoras (AL DHANHANI; AL NAQBI, 2022).

A governança da segurança é um conceito que abarca práticas governamentais, orçamentárias, políticas, legais e valores e hábitos sociais e culturais (HENMAN, 2020), pois isso vai além da governança do crime, ao serem contempladas também mentalidades, instituições e práticas governamentais que permeiam os âmbitos da violência e da criminalidade (HATHAZY, 2018; MACKLEM; ROACH; DANIELS, 2001). Nessa perspectiva, a governança de segurança compreende a incorporação da abordagem de governança à política de segurança, por meio da execução de uma agenda, implementação de reformas e adoção de práticas direcionadas (BEVIR, 2016; DUPONT; GRABOSKY; SHEARING, 2003; HENMAN, 2020).

Os desafios relacionados à governança não são limitados à área de segurança pública, mas ganham grande importância nesse contexto devido à necessidade de estabelecer redes de políticas públicas que envolvem uma variedade de atores políticos, tanto governamentais quanto não governamentais. Essas redes são caracterizadas pela interdependência e autonomia, no entanto, não surgem naturalmente e nem possuem, inicialmente, uma capacidade significativa de governança. Na verdade, a capacidade de coordenação e articulação de ações entre esses atores varia consideravelmente (COSTA, 2023).

No contexto contemporâneo, observa-se uma tendência em direção à prevenção do crime e da desordem, bem como à promoção da segurança da comunidade (ROGERS; FREVEL, 2018; SANDERS; LANGAN, 2019). Esse direcionamento implica em uma ampliação da responsabilidade na construção de políticas públicas de segurança pública e defesa social, ao incluir não apenas os atores tradicionais, como as forças policiais e outros agentes e atores não policiais (SHORE, 2020).

A efetividade da governança em segurança pública pressupõe a gestão democrática de transparência, responsabilidade, participação cidadã, integração de esforços, responsividade social e efetividade (WOOD; SHEARING, 2013). Dessa forma, a adoção de práticas de governança na segurança pública ocorre a fim de ser proporcionada segurança aos cidadãos. Nesse caso, destacam-se medidas como a modernização da infraestrutura de tecnologia da informação e

comunicação (TIC) que visa aperfeiçoar o tratamento tecnológico de dados para potencializar o desempenho das ações de segurança (AL DHANHANI; AL NAQBI, 2022). Além disso, busca-se o aprimoramento da relação entre as agências governamentais, por meio do estabelecimento de padrões de comunicação e gestão transparentes, a promoção da capacitação para a criação de lideranças efetivas e o investimento em serviços de apoio à comunidade num esforço por buscar garantir o envolvimento público na busca de soluções para a melhoria da segurança pública (DEMAILLARD, 2020; FITZDUFF, 2019; SANDERS; LANGAN, 2019).

Por outro lado, as Secretarias de Segurança Pública no Brasil enfrentam desafios significativos em termos de governança, conforme evidenciado por um levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2017 (TCU, 2017). Esses desafios incluem o grande número de responsabilidades executivas, a baixa capacitação dos quadros e a limitada capacidade de articulação com órgãos externos ao sistema policial (COSTA, 2023).

Além disso, ressalta-se que as redes são fundamentais para a implementação de políticas públicas de segurança, mas as Secretarias Estaduais de Segurança Pública apresentam uma estrutura frágil, com baixa capacidade de governança. Os profissionais envolvidos nessas atividades geralmente carecem de formação em planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, e a contratação de mão de obra qualificada através de concursos públicos ou seleção de consultores por projeto é pouco comum (COSTA, 2023).

### **A Governança da Segurança Pública em Pernambuco: o "Pacto Pela Vida" e "Juntos Pela Segurança"**

O estudo concentrou-se no Plano Estadual de Segurança Pública (PESPE) – Pacto Pela Vida (PPV) e Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS) – Juntos Pela Segurança (PJPS), ambos do Estado de Pernambuco.

A formulação do **Programa Pacto Pela Vida** se constituiu a partir da participação social realizada através do Fórum Estadual de Segurança Pública em março e abril de 2007. Esse fórum promoveu debates entre especialistas, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil e gestores públicos em níveis federal, estadual e municipal, onde a versão final foi avaliada e apresentada a sociedade (BID, 2015).

No segundo ciclo dos Seminários Regionais Todos por Pernambuco, realizado em 2011, participaram 13.249 pessoas e 3.554 entidades se fizeram presentes. Durante esse evento, foram registradas 26.147 propostas, onde 2.656 delas relacionadas a ações de gestão e implementação de políticas de segurança. Um grupo de 14 profissionais de gestão da Seplag (Gestores Governamentais) se dedicaram a formulação dessas propostas. O objetivo foi de construir um banco de dados que agrupasse propostas semelhantes e compará-las com as políticas definidas no Programa de Governo (GOVPE, 2016).

Com os resultados alcançados nos primeiros anos, o PPV recebeu prêmios de gestão pública, como o Prêmio das Nações Unidas de Serviço Público (UNPSA) em 2012, 2013 e 2014; o Prêmio “Governante” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2013; o Prêmio Interamericano de Inovação para a Gestão Pública Efetiva da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2014; e o Prêmio Anual de Gestão por Resultados da Comunidade de profissionais e especialistas da América Latina e do Caribe em Gestão para Resultados de Desenvolvimento - CoPLAC-MfDR do BID em 2015 (GOVPE, 2016; ONU, 2012).

O **Programa Juntos Pela Segurança**, lançado em 2023, representa uma substituição do Pacto Pela Vida, ocorrida com a mudança de governo, passando de um governo de situação para um de

oposição. Este programa tem como objetivo principal promover a paz, prevenir a violência e combater a desigualdade em todas as regiões do estado de Pernambuco (GOVPE, 2024).

A escolha do nome e a origem do modelo, Juntos Pela Segurança, tem raízes no interior de Pernambuco – município de Caruaru, quando a atual Governadora do Estado, Raquel Lyra, exercia o cargo de prefeita nesse município.

A formulação do plano Juntos Pela Segurança (JPS) foi conduzida por meio de seminários regionais realizados nas doze regiões político-administrativas de Pernambuco, sob o título "Ouvir para Mudar". Estes seminários congregaram um total de 14.766 participantes, que contribuíram com 1.968 propostas, sendo 283 delas relacionadas à segurança pública e cidadania. Além dos encontros presenciais, foi disponibilizado um sítio eletrônico ([juntospelaseguranca.pe.gov.br](http://juntospelaseguranca.pe.gov.br)) para a participação online, onde 13.638 pessoas apresentaram suas opiniões em relação a 847 propostas. Nesse espaço virtual, os participantes puderam votar nas ações que consideravam prioritárias, resultando em 17.408 votos online. No que se refere especificamente à segurança e cidadania, foram sugeridas 151 propostas. Além disso, o governo disponibilizou os programas para votação online, sendo que o programa voltado para segurança e cidadania obteve 727 votos (DOE-PE, 2023).

A metodologia empregada para desenvolver o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social se alicerça nas referências do método do marco lógico (GODINHO, 2022) e da matriz lógica de instrumento de apresentação, gerenciamento e avaliação de projetos (PEREIRA, 2015), bem como do planejamento estratégico participativo (ARAÚJO; NARDINI, 2006) que sofrera influências planejamento estratégico situacional (MATUS, 1997). Essas são as referências utilizadas no PESPDS (GOVPE, 2024).

Além das instâncias governamentais, o JPS buscou a colaboração do governo federal, do poder judiciário, de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais, do ministério público e das próprias comunidades locais (GOVPE, 2024). Essa abordagem intersetorial e participativa reflete a compreensão de que a segurança pública é um desafio multidimensional, que exige a articulação de diferentes atores e a integração de perspectivas e esforços (COSTA, 2023).

Dentre os seis eixos estratégicos definidos no JPS, destacam-se: 1) Prevenção à violência; 2) Cidades seguras e articulação com os municípios; 3) Polícia e defesa social; 4) Articulação com o sistema de justiça; 5) Administração dos sistemas prisional e socioeducativo; e 6) Ressocialização. Nesse contexto, a promoção de soluções tecnológicas é reconhecida como uma ação importante para o alcance dos objetivos propostos (GOVPE, 2024).

## **Procedimentos Metodológicos**

A análise de conteúdo foi empregada como estratégia analítica para examinar os documentos oficiais, os artigos científicos revisados por pares e as matérias jornalísticas relacionadas à governança da segurança pública em Pernambuco. Essa técnica possibilitou a identificação de categorias temáticas, a compreensão dos discursos e a interpretação dos significados subjacentes aos textos analisados (BARDIN, 2016; KRIPPENDORFF, 2018).

Por meio de abordagem metodológica multifacetada, triangulando diferentes fontes de dados para a análise da governança da segurança pública em Pernambuco, foram analisados documentos oficiais produzidos pelo estado, matérias jornalísticas e artigos indexados revisados por pares. Assim, na figura 1 apresentamos um esquema visual dessa triangulação.

**Figura 1** - Triangulação dos artigos, documentos e matérias jornalísticas analisados



Fonte: elaboração própria.

Essa triangulação de múltiplas fontes de dados e perspectivas permite a validação cruzada das informações, reduzindo os vieses inerentes a cada uma das abordagens individuais (FLICK, 2018). Essa estratégia possibilita a identificação de convergências e divergências entre os diferentes atores envolvidos, revelando uma compreensão mais complexa e nuançada da realidade.

Foram analisados dois grupos distintos de documentos públicos: as publicações oficiais do Diário Oficial do Estado de Pernambuco e as matérias da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDSPE), abrangendo o período de janeiro de 2023 a março de 2024. Foram examinados todos os documentos oficiais publicados no Diário Oficial do Estado durante esse intervalo, bem como os artigos publicados pela SDSPE a partir da primeira publicação referente ao Programa Juntos Pela Segurança. Ao todo, 53 documentos oficiais foram analisados (32 do DOEPE e 21 matérias da SDS), utilizando a palavra-chave "Juntos Pela Segurança" nos repositórios do Diário Oficial do Estado e nas publicações da SDSPE.

Nesse sentido, uma proposta de sistematização operacional, organizada em fases, foi realizada para permitir a transparência na seleção de documentos oficiais (SILVA; EMMENDOERFER; SILVEIRA CUNHA, 2020). Assim, segundo esses autores, para a pesquisa documental, é importante seguir procedimentos específicos para assegurar sua confiabilidade por meio de duas fases nas quais foram sistematizadas de maneira cuidadosa e estruturada:

**Quadro 1 - Fases da Pesquisa Documental**

Fase 1	Fase 2	Fase 3
Preparação do Material Ilustrada (PMI)	Análise Preliminar Ilustrada (API)	Análise Documental Ilustrada (ADI)
Publicações no Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE-PE) a entre janeiro de 2023 e março de 2024 – Juntos Pela Segurança; Publicações da Secretaria de Defesa Social no site oficial de matérias que envolvessem o JPS	Foram selecionados 32 documentos no DOE-PE e 21 matérias publicadas no site oficial da SDS-PE	A análise dos documentos oficiais foi realizada com a sistematização dos códigos (quadro 3) das características da Governança da Segurança Pública através do software MAXQDA.

Fonte: elaborado a partir de Silva, Emmendoerfer e Silveira Cunha (2020).

Na fase inicial, foi realizado um cuidadoso reconhecimento das principais fontes de informações oficiais, com critérios de busca definidos, incluindo as palavras-chave relacionadas às "Juntos pela Segurança". Esse processo foi conduzido de forma exaustiva, visando evitar a omissão de qualquer documento oficial relevante na análise.



Após a construção do *corpus*, na segunda fase - Análise Preliminar Ilustrada – organizou-se quais documentos fazem parte do contexto da pesquisa, avaliando sua autenticidade, natureza e os principais conceitos-chave presentes em cada um deles (SILVA; EMMENDOERFER; SILVEIRA CUNHA, 2020). Esse processo permitiu uma compreensão ampla e contextualizada do tema, enriquecendo a análise da pesquisa. A base de busca contempla referências históricas, por meio de documentos oficiais.

O segundo grupo de documentos analisados concentrou-se nos artigos jornalísticos publicados e reportados através da plataforma de busca *Google*, utilizando a mesma palavra-chave "Juntos Pela Segurança". Nessa etapa, foram selecionados e analisados os primeiros 30 artigos reportados de forma discricionária. É importante destacar que não foram incluídos artigos oficiais publicados por fontes oficiais do estado, como secretarias de estado. Assim, a análise se concentrou apenas em artigos de portais de notícias e blogs.

Dos 30 artigos analisados, 23 eram de fontes distintas, evidenciando a diversidade de opiniões e compreensões por parte de seus editores a respeito da referida política de segurança pública. Esses artigos abordam notícias relacionadas ao Programa Juntos Pela Segurança, que ocorrem tanto antes, quanto após seu lançamento. A partir do trigésimo primeiro artigo reportado no google, observamos a desconexão entre os artigos reportados e a palavra-chave, evidenciando a necessidade de interrupção no acréscimo de novos artigos jornalísticos.

Realizamos, por meio do *software MAXQDA*, a análise de conteúdo dos documentos, o qual permite criar categorias, combiná-las ou expandi-las, gerar listas de frequência de palavras auxiliando na visualização dos termos mais recorrentes nas informações analisadas. Além disso, o software possibilita gerar diagramas, realizar análises de cluster, associar palavras e categorias.

Com base no referencial teórico sobre governança da segurança pública, foram elaboradas as categorias presentes na literatura (Quadro 2) e as palavras-chave correspondentes. Essas palavras-chave foram utilizadas com o objetivo de identificar, nos parágrafos dos textos analisados, a relação com as categorias da governança da segurança pública identificadas na fundamentação teórica desta pesquisa.

**Quadro 2** - Relação das Palavras-chave utilizadas por categoria analítica da Governança da Segurança Pública

<b>Categoria Analítica da Governança</b>	<b>Códigos</b>
Articulação Intersetorial	Articulação
Participação da Sociedade Civil	Participação – Sociedade Civil
Transparência e Prestação de Contas	Transparência – Prestação de Contas
Abordagens Integradas e Baseadas em Evidências	Abordagens – Integradas – Integração – Evidências
Comunicação com a Sociedade	Comunicação - Sociedade
Integração de Mentalidades e Práticas	Abordagem – Participação - Participante Integração – Práticas
Capacidade de Governança	Capacidade – Governança
Prevenção e Promoção da Segurança Comunitária	Prevenção – Segurança – Comunitária - Comunidade
Modernização Tecnológica	Modernização - Tecnologia

Fonte: elaboração própria.

O quadro 2 apresenta a relação das categorias analíticas identificadas na literatura sobre governança da segurança pública e os códigos utilizados no software MAXQDA para localização dos textos e contextos em que essas categorias foram empregadas. Essas categorias foram através dos códigos nas três fontes de documentos.

Por seu turno, a análise da perspectiva da governança da segurança pública no Pacto Pela Vida ocorreu por meio da análise de artigos indexados e revisados por pares em três repositórios:

CAPES, Scopus e *Web of Science* (WoS). Em todas as bases utilizamos as palavras-chave "Pacto Pela Vida" e "Pact for Life" a partir de 2007, ano de implementação do programa.

Apresentamos no quadro 3 o quantitativo de artigos que foram reportados nas respectivas bases, bem como uma coluna com o quantitativo de artigos reportados em duplicidade.

**Quadro 3** - Artigos revisados por pares sobre o Pacto Pela Vida (2007-2022)

Base	Reportados	Analizados	Artigos reportados em duplicidade
Scopus	12	10	12
Web Of Science	8	8	
CAPES	42	15	
Total	58	28	
Total de artigos analisados			16

Fonte: elaboração própria.

Os artigos reportados, mas não analisados, foram excluídos por não possuírem relação com a temática. Isso ocorre porque o termo da palavra-chave utilizado é o mesmo para outros programas voltados para a área da saúde pública.

A triangulação das informações foi utilizada para analisar o contexto comunicacional em que ocorre a governança da segurança pública por meio dos programas de segurança pública elaborados. No caso do programa "Juntos pela Segurança", lançado oficialmente em novembro de 2023, não foram encontrados artigos que abordassem o programa nos três bancos de dados pesquisados.

## Resultados E Análises

Nesta seção, analisamos como a governança da segurança pública é representada e comunicada pelos documentos oficiais, pela imprensa e pela academia. Para tanto, realizamos um agrupamento das principais características da governança da segurança pública e sua relação com os planos de segurança analisados.

Em seguida, apresentamos os resultados e análises referentes, a partir do que foi comunicado, sob a ótica do discurso do Estado, por meio dos documentos oficiais e da cobertura da imprensa sobre o Plano Juntos Pela Segurança. Posteriormente, exploramos a visão da literatura acadêmica acerca do Plano Pacto Pela Vida.

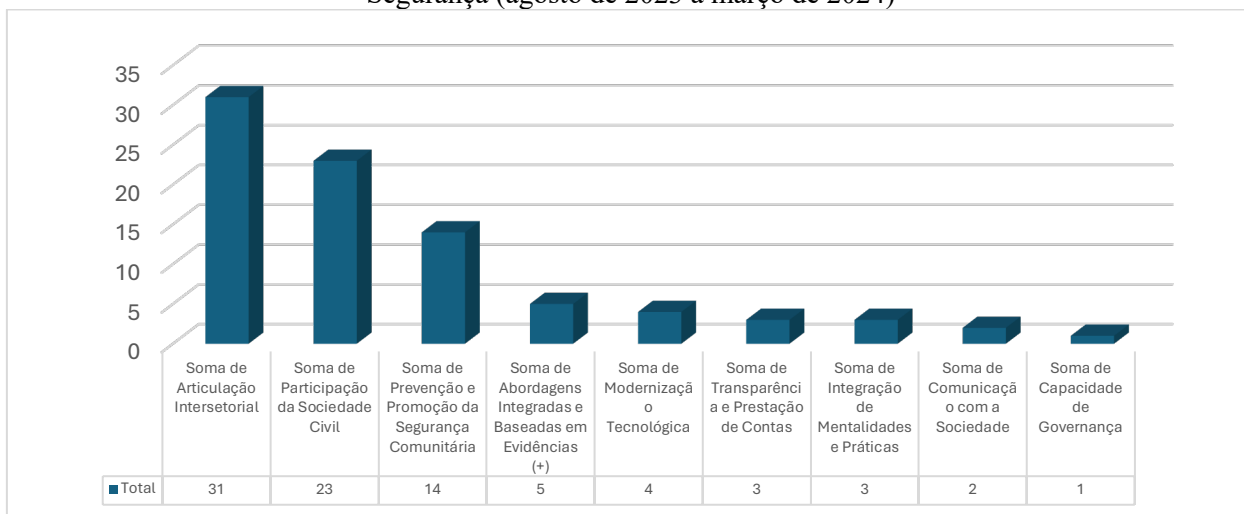
### A Governança da Segurança Pública em Pernambuco

A pesquisa se propõe a examinar a comunicação e percepção das políticas de segurança, adotando uma abordagem de triangulação de diversas fontes documentais, incluindo documentos oficiais, mídia e produções acadêmicas.

Os planos de segurança pública Pacto Pela Vida e Juntos Pela Segurança apresentam convergências em relação às características da governança da segurança pública, conforme descritas na literatura especializada. Como exemplo, a articulação de redes de atores, a coordenação intersetorial e o desenvolvimento de capacidades de governança (COSTA, 2023) e o uso de novas tecnologias de gestão para melhoria da efetividade nas políticas de segurança pública (AL DHANHANI; AL NAQBI, 2022).

Ao analisar a cobertura midiática sobre o Plano Juntos pela Segurança em Pernambuco, no período de agosto de 2023 a março de 2024, é possível ter um panorama das principais temáticas abordadas pelos editores de sites jornalísticos, portais e blogs. A partir das codificações realizadas durante a leitura das matérias jornalísticas, apresentamos no gráfico 1 uma visão geral das categorias da governança da segurança pública mais reportadas pela imprensa em Pernambuco.

**Gráfico 1** – Categorias da Governança identificadas nos documentos da imprensa a cerca do Juntos Pela Segurança (agosto de 2023 a março de 2024)



Fonte: elaborado a partir das codificações no MAXQDA.

Conforme ilustrado no gráfico, a cobertura midiática concentrou-se principalmente em temáticas relacionadas à articulação intersetorial, à participação da sociedade civil e à prevenção e promoção da segurança comunitária. Esses aspectos são fundamentais para a boa governança na segurança pública, conforme apontado pela literatura científica (CENEVIVA, 2006; COSTA, 2023). Por outro lado, dentre as categorias analisadas, a "Comunicação com a Sociedade" foi a que menos repercutiu nas notícias examinadas. Em sequência, seguiram-se "Modernização Tecnológica", "Abordagens Integradas e Baseadas em Evidências", "Transparência e Prestação de Contas" e "Participação da Sociedade Civil", em uma ordenação ascendente de inserções nos discursos analisados.

Este indicativo sobre a comunicação com a sociedade foi expresso através de críticas, notadamente na avaliação da participação social para desenvolvimento da política de segurança pública. Edna Jatobá, representante do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOPE) entrevistada pelo “Marco Zero Conteúdo” em agosto de 2023, disse que a participação social era limitada. Segundo Ela, “A gente não teve nenhum espaço, apesar de ter solicitado essa pauta por duas vezes no conselho. Não se falou em Conferência Estadual de Direitos Humanos. O período e os meios disponibilizados à participação social deixam a desejar” (MARCO ZERO, 2023, p. 1).

A crítica da entrevista, aponta para uma ausência na comunicação e no envolvimento da sociedade civil. Ao afirmar que não houve espaço adequado para a participação social e que os meios disponibilizados foram insuficientes, Jatobá evidencia uma lacuna na abertura para o diálogo e na promoção de canais efetivos de participação. Essa deficiência pode gerar desconfiança e resistência por parte da população, minando a legitimidade das políticas implementadas (CENEVIVA, 2006; CRUZ, 2008). Esses autores enfatizam que a transparência e a prestação de contas são elementos essenciais para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas.

A articulação intersetorial, por sua vez, representada pela maior fatia do gráfico, reflete a prevalência no discurso do Estado para o Plano Juntos pela Segurança em promover a cooperação e a coordenação entre diferentes atores e instituições envolvidas na segurança pública, como órgãos governamentais, sociedade civil e setor privado. Aspectos como transparência e adoção de abordagens integradas e baseadas em evidências também foram abordados, ainda que em menor proporção, em relação aos dois temas anteriores.

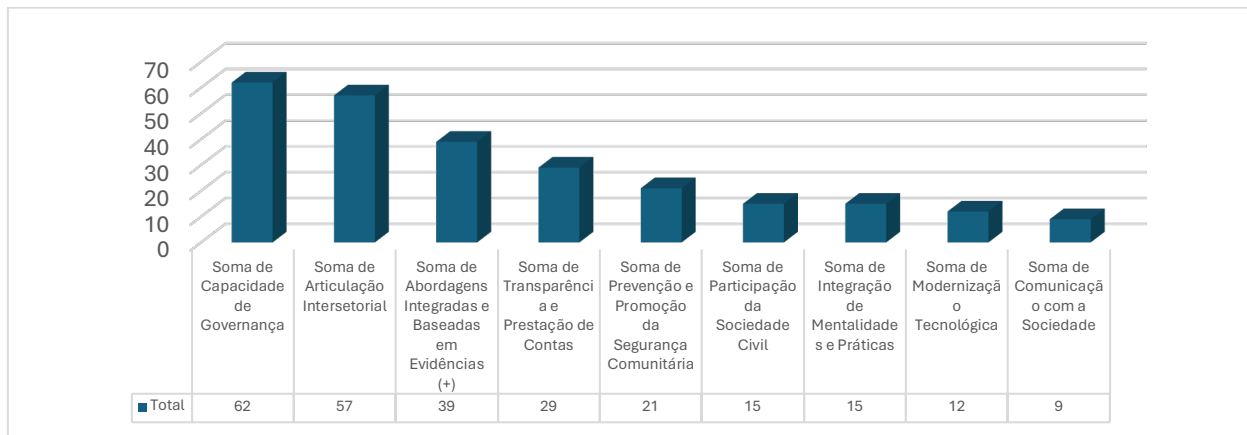
Outros aspectos como transparência e adoção de abordagens integradas e baseadas em evidências abordados no discurso do Estado, ainda que em menor proporção, são igualmente relevantes para

a boa governança na segurança pública (CENEVIVA, 2006). A transparência e a prestação de contas fortalecem a confiança da população nas instituições de segurança pública (UNITED NATIONS, 2007). Por sua vez, a adoção de abordagens integradas e baseadas em evidências é essencial para a efetividade das políticas de segurança pública, reconhecendo a natureza multidisciplinar dos problemas de segurança e a necessidade de respostas fundamentadas em conhecimentos científicos sólidos (WELSH; FARRINGTON, 2011).

A categoria "Comunicação com a Sociedade" ainda que um aspecto crucial da governança, teve pouca inserção nos documentos analisados no discurso do Estado. Esses documentos revelam iniciativas de convocação da sociedade para participar ativamente do processo de formulação de políticas públicas. Uma dessas iniciativas envolve a criação de um endereço eletrônico, permitindo que os cidadãos expressem suas opiniões sobre as políticas existentes e surgiram novas abordagens para o programa Juntos Pela Segurança. Assim destaca-se: “Na plataforma digital, foram registrados quase 14 mil participantes, 847 propostas e mais de 17 mil votos.” (GOVPE, 2023, p. 2).

Na revisão da literatura sobre o Pacto Pela Vida, observa-se uma ligeira prevalência da categoria Capacidade de Governança em relação à Articulação Intersetorial. No entanto, destaca-se a categoria Abordagens Integradas e Baseadas em Evidências, com um número significativo de inserções trabalhadas nos artigos analisados, o que é compreensível, uma vez que os trabalhos científicos buscam fundamentar suas análises e conclusões em evidências empíricas sólidas, conforme apontado por (WELSH; FARRINGTON, 2011). Assim, apresentamos essas categorias da governança do estado da arte no gráfico 2.

**Gráfico 2** – Categorias da Governança identificadas nos artigos científicos a cerca do Pacto Pela Vida



Fonte: elaborado a partir das codificações no MAXQDA.

A articulação intersetorial se concretiza por meio de iniciativas como reuniões das Câmaras Técnicas, oficinas temáticas e estruturas participativas, que fomentam o diálogo articulado entre especialistas, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil e órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social. Essa abordagem intersetorial busca integrar esforços e promover uma atuação conjunta no enfrentamento da violência e da criminalidade (ANTUNES, 2019; RATTON, 2013; RATTON; DAUDELIN, 2018).

Por outro lado, uma crítica à capacidade de governança do Pacto Pela Vida diz respeito à sustentabilidade financeira e à manutenção dos investimentos em segurança pública ao longo do tempo.

Essa crítica aponta para uma possível limitação na capacidade de governança do Pacto Pela Vida em garantir a sustentabilidade financeira e a continuidade dos investimentos necessários para a

efetividade das políticas de segurança pública. A falta de recursos adequados pode comprometer a implementação das ações previstas, bem como a manutenção dos resultados alcançados inicialmente (COSTA, 2023).

A literatura ressalta a importância da liderança e da gestão eficaz do poder executivo estadual na implementação de políticas de segurança pública. Nesse contexto, a figura do gestor responsável pela condução do Pacto Pela Vida desempenhou um papel fundamental. Ao priorizar a atuação contra homicídios, uma das modalidades criminais mais graves e impactantes para a sociedade, o programa conseguiu obter resultados expressivos na diminuição desse tipo de delito.

## Conclusões

Este estudo analisou a comunicação das ações de governança da segurança pública em Pernambuco, triangulando três fontes: o discurso oficial do Estado, a comunicação da imprensa e a literatura acadêmica. A compreensão da governança da segurança pública no estado é aprimorada através de estudos acadêmicos que destacam a complexidade das soluções necessárias para enfrentar a violência e a criminalidade.

Ao triangular essas perspectivas, evidencia-se a necessidade de uma compreensão mais abrangente e crítica da governança da segurança pública, considerando a complexidade dos processos envolvidos. Nesse contexto, os artigos científicos desempenham um papel fundamental fornecendo críticas e análises que sobressaem aos discursos da imprensa e do estado.

A análise revela que tanto o Pacto Pela Vida quanto o Juntos Pela Segurança apresentam convergências em relação às características da governança da segurança pública, como articulação intersetorial e adoção de abordagens integradas. No entanto, a comunicação com a sociedade emerge como um ponto crítico, com pouca inserção nos discursos oficiais do Estado e na cobertura midiática.

Além disso, é importante reconhecer as críticas relacionadas à sustentabilidade financeira e à capacidade de adaptação do Pacto Pela Vida às mudanças de contexto, visando o aprimoramento das políticas públicas de segurança a longo prazo. A transparência e a prestação de contas são princípios essenciais nesse processo, permitindo a avaliação e o monitoramento das ações governamentais.

Pesquisas futuras podem investigar por que o discurso da imprensa não priorizou a capacidade de governança, apesar do destaque dado pelo Estado e pela literatura acadêmica a esse aspecto. Além disso, é importante compreender por que a comunicação com a sociedade não foi abordada de forma abrangente nos três discursos analisados, especialmente diante do uso crescente das redes sociais como plataforma para expressão de opiniões sobre políticas públicas.

## Referências

AL DHANHANI, M. A.; AL NAQBI, S. Identifying Enablers and Obstacles for Knowledge Management in a Police Organization: Case Study of Abu Dhabi Police. **Policing (Oxford)**, v. 16, n. 2, p. 270–281, 2022a.

AL DHANHANI, M. A.; AL NAQBI, S. Identifying Enablers and Obstacles for Knowledge Management in a Police Organization: Case Study of Abu Dhabi Police. **Policing (Oxford)**, v. 16, n. 2, p. 270–281, 2022b.

ANDRONICEANU, A. Transparency in public administration as a challenge for a good democratic governance. **Revista» Administratie si Management Public «(RAMP)**, n. 36, p. 149–164, 2021.

- ANTUNES, G. M. On limits and possibilities of civil society participation in public security policy – Pacto Pela Vida | Sobre limites e possibilidades da participação da sociedade civil na política de segurança pública – Pacto pela Vida. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 13, n. 1, p. 215–233, 2019.
- ARAÚJO, T. DE F.; NARDINI, T. Metodologias de planejamento estratégico e o processo participativo de construção de estratégias. **XIII SIMPEP**, 2006.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo: edição revista e ampliada. **São Paulo: Edições**, v. 70, p. 280, 2016.
- BEVIR, MARK. “Decentring Security Governance. Em: **Global Crime**. [s.l: s.n.]. p. 227–239.
- BID, B. I. DO D. **Prêmio Anual de 2015 "Gestão por Resultados" - Programa Pacto Pela Vida (PPV)**. Disponível em: <[https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/5/a/e/5ae563014e38577c9c2b568b178f262bf42c711f1c89c5a80bdf44efe093108b/15b6bfc3-b03f-4fe6-acec-494c81c564c2-premio\\_anual\\_da\\_coplac\\_-\\_gprd\\_do\\_bid\\_ppv\\_1\\_.pdf](https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/5/a/e/5ae563014e38577c9c2b568b178f262bf42c711f1c89c5a80bdf44efe093108b/15b6bfc3-b03f-4fe6-acec-494c81c564c2-premio_anual_da_coplac_-_gprd_do_bid_ppv_1_.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- BINGHAM, L. B. Collaborative governance. **The SAGE handbook of governance**, p. 386–401, 2011.
- CENEVIVA, R. Accountability: novos fatos e novos argumentos—uma revisão da literatura recente. **Anais do Encontro de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Administração**, p. 1–17, 2006.
- COSTA, A. T. M. **Segurança pública, redes e governança**. [s.l.] Editora UnB, 2023.
- CRUZ, T. M. F. DA. Mídia e Segurança Pública: a influência da mídia na percepção da violência. **Lumina**, v. 2, n. 2, 2008.
- DA SILVA, J. L.; EMMENDOERFER, M. L.; DA SILVEIRA CUNHA, N. R. Análise documental ilustrada em administração pública: uma Proposta operacional (re) aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, v. 10, n. 2, p. 23–41, 2020.
- DEMAILLARD, J. Police Organizations and the Rise of New Public Management: Performance Regimes in Paris and London | Diffusion des logiques néo-managériales et organisations policières Les régimes de performance à Paris et Londres | Difusión de las nuevas lógicas de ges. **Revue Francaise de Sociologie**, v. 61, n. 1, p. 109–134, 2020.
- DOE-PE, D. O. DO E. DE P. **Ouvir para Mudar consolida diálogo entre Governo do Estado e a população**. , 29 set. 2023.
- DUPONT, B.; GRABOSKY, P.; SHEARING, C. The governance of security in weak and failing states. **Criminal justice**, v. 3, n. 4, p. 331–349, 2003.
- DUPONT, B.; WOOD, J. Urban security, from nodes to networks: On the value of connecting disciplines. **Canadian Journal of Law and Society/La Revue Canadienne Droit et Société**, v. 22, n. 2, p. 95–112, 2007a.
- DUPONT, B.; WOOD, J. Urban security, from nodes to networks: On the value of connecting disciplines. **Canadian Journal of Law and Society/La Revue Canadienne Droit et Société**, v. 22, n. 2, p. 95–112, 2007b.
- ELLIOTT, O. V. **The tools of government: A guide to the new governance**. [s.l.] OUP Us, 2002.
- FBSP, F. B. DE S. PUBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico]**. 17. ed. São Paulo: [s.n.].

FERREIRA, E. L. T.; DAMÁZIO, I. N.; AGUIAR, J. M. DE. Fatores estimuladores da sensação de insegurança e a valorização midiática. **Revista Ordem Pública**, v. 4, n. 1/2, p. 121–130, 2011.

FITZDUFF, M. **Public policy in a divided society: Lessons from northern Ireland**. [s.l.: s.n.].

FLICK, U. **Triangulation in data collection**. The SAGE handbook of qualitative data collection, , 2018.

GODINHO, L. **Guia para elaboração de planos locais de prevenção com a comunidade: desenvolvendo intervenções qualificadas em áreas de uso abusivo de drogas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.: [s.n.].

GOVPE, G. D. P. **PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**. RECIFE, 2023a.

GOVPE, G. D. P. **Ouvir para Mudar consolida diálogo entre Governo do Estado e a população. Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Executivo**, 2023b.

GOVPE, G. DE P. **O Modelo de Gestão por Resultados do Programa Pacto pela Vida**. Disponível em: <<https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/eventos-e-premiacoes>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GOVPE, G. DE P. **Juntos Pela Segurança**. Recife, 2024. Disponível em: <<https://www.seplag.pe.gov.br/prioridades/43-prioridades/41-juntos-pela-seguranca>>. Acesso em: 30 mar. 2024

GRAHAM, J.; PLUMPTRE, T. W.; AMOS, B. **Principles for good governance in the 21st century**. [s.l.] Institute on governance Ottawa, 2003. v. 15

HAHN, I. S. et al. Resposta emocional à publicidade em mídias sociais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 1, p. 140–151, 2016.

HATHAZY, P. Crafting public security: demilitarisation, penal state reform and security policy-making in post-authoritarian Chile. **Global Crime**, v. 19, n. 3–4, p. 271–295, 2018.

HENMAN, P. Improving public services using artificial intelligence: possibilities, pitfalls, governance. **Asia Pacific Journal of Public Administration**, v. 42, n. 4, p. 209–221, 2020.

KOOIMAN, J. Governing as governance. **Governing as governance**, p. 1–264, 2002.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: An introduction to its methodology**. [s.l.] Sage publications, 2018.

MACKLEM, P.; ROACH, K.; DANIELS, R. J. **The security of freedom: Essays on Canada's anti-terrorism bill**. [s.l.] University of Toronto Press, 2001.

MARCO ZERO, POR J. C. **Especialistas Analisam o Juntos Pela Segurança do Governo Raquel**. Disponível em: <<https://marcozero.org/especialistas-analisam-o-juntos-pela-seguranca-do-governo-raquel/>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MATUS, C. Política, planejamento e governo 3. ed. **Brasília, DF: Ipea**, 1997.

MORAIS, M. C. A. et al. Determinantes socioeconômicos do microempreendedor individual (MEI). **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, v. 11, n. 3, p. e2070–e2070, 2022.

ÖNDER, M.; ZENGİN, Ü. N. A framework for comparative analysis: Public administration across the globe. Em: **The Palgrave Handbook of Comparative Public Administration: Concepts and Cases**. [s.l.] Springer, 2022. p. 51–76.

ONU. **United Nations Public Service Forum, Day and Awards Ceremony. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales Instituciones Públicas.** Disponível em: <<https://publicadministration.un.org/es/2012unpsa>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

PEREIRA, M. S. A utilização da matriz lógica em projetos sociais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, p. 327–339, 2015.

RATTON, J. L. Segurança pública, possibilidades e desafios: o caso do Pacto pela Vida [Memo]. 2013.

RATTON, J. L.; DAUDELIN, J. Construction and deconstruction of a homicide reduction policy: the case of pact for life in Pernambuco, Brazil. **International Journal of Criminology and Sociology**, v. 7, p. 173–183, 2018.

ROGERS, C. Researching sensitive topics for the police – insights from the UK. **Journal of Criminological Research, Policy and Practice**, v. 4, n. 2, p. 89–100, 2018.

ROGERS, C.; FREVEL, B. **Higher education and police: An international view.** [s.l.: s.n.].

SANDERS, C. B.; LANGAN, D. New public management and the extension of police control: community safety and security networks in Canada. **Policing and Society**, v. 29, n. 5, p. 566–578, 2019a.

SANDERS, C. B.; LANGAN, D. New public management and the extension of police control: community safety and security networks in Canada. **POLICING & SOCIETY**, v. 29, n. 5, p. 566–578, jun. 2019b.

SHERMAN, L. W. The rise of evidence-based policing: Targeting, testing, and tracking. **Crime and justice**, v. 42, n. 1, p. 377–451, 2013.

SHORE, J. Singled out or Drawn In? Social Polices and Lone Mothers’ Political Engagement. **Politics and Gender**, v. 16, n. 2, p. 471–497, 2020.

SILVA, J. L. DA; EMMENDOERFER, M. L.; SILVEIRA CUNHA, N. R. DA. Análise documental ilustrada em administração pública: uma Proposta operacional (re) aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, v. 10, n. 2, p. 23–41, 2020.

SIMON, J. Governing through crime. Em: **Crime, Inequality and the State.** [s.l.] Routledge, 2020a. p. 589–595.

SIMON, J. Governing through crime. Em: **Crime, Inequality and the State.** [s.l.] Routledge, 2020b. p. 589–595.

TCU, T. DE C. DA U. **LEVANTAMENTO DE GOVERNANÇA DE SEGURANÇA PÚBLICA.** , 2017. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881E77B688F80177B6D286422330>>. Acesso em: 29 mar. 2024

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. 2019.

TRIANAFILLOU, P. Governmentality and the measuring of governance. Em: **Handbook on Measuring Governance.** [s.l.] Edward Elgar Publishing, 2024. p. 125–136.

UNITED NATIONS. **Public governance indicators: A literature review.** New York: [s.n.].

WELSH, B. C.; FARRINGTON, D. P. Evidence-based crime policy. **The Oxford handbook of crime and criminal justice**, p. 60–92, 2011.

WOOD, J.; DUPONT, B. **Democracy, society and the governance of security.** [s.l.] Cambridge University Press, 2006.

WOOD, J.; SHEARING, C. **Imagining security.** [s.l.] Willan, 2013.